



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia da República

N/Refª: /CAEIE

Data: 29 de Março de 2011

ASSUNTO: Reuniões Inter-parlamentares no Parlamento Europeu

- 14 de Março: reunião organizada pela Comissão sobre a Crise Financeira, Económica e Social
- 15 de Março: reunião organizada pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Para os devidos efeitos, junto se enviam os relatórios referentes à participação dos Senhores Deputados Hortense Martins (PS) e Pedro Duarte (PSD), nas reuniões em epígrafe, que se realizaram nos dias 14 e 15 de Março, em Bruxelas.

Com a expressão dos melhores cumprimentos,

Vitalino Canas
Presidente da Comissão de
Assuntos Europeus

António José Seguro
Presidente da Comissão de Assuntos
Económicos, Inovação e Energia



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

DESLOCAÇÃO

Reunião Inter-Parlamentar

Investir na economia real: um instrumento para o crescimento, para a inovação e para a coesão

Parlamento Europeu

Bruxelas, 14 de Março de 2011

RELATÓRIO

Deputada Hortense Martins (GP PS)

Deputado Pedro Duarte (GP PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Enquadramento

A Comissão Especial para a crise financeira, económica e social (CRIS) do Parlamento Europeu (PE) organizou, no âmbito do processo de diálogo encetado com os Parlamentos nacionais (PN), uma reunião interparlamentar conjunta sobre o tema *Investir na economia real: um instrumento para o crescimento, a inovação e a coesão*. Esta reunião teve lugar no dia 14 de Março de 2011, em Bruxelas.

O programa da reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontram-se nos seguintes sítios internet:

http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/organes/cris/cris_20110314_1500.htm

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1551;jsessionid=3EAAED040EDF8788F9FC97F377D9A7C6>

O Dr. Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da Assembleia da República em Bruxelas, prestou o apoio técnico durante a reunião.

Programa

1. Sessão de Abertura

Na sessão de abertura, o Presidente da Comissão CRIS, Wolf Linz, deu as boas-vindas aos participantes e foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas da catástrofe natural no Japão.

Em seguida, referiu a importância desta reunião para o trabalho desta Comissão Especial do PE. Na verdade, um dos pontos principais do seu mandato é a consulta aos PN. Este processo iniciou-se com o questionário enviado a todos os PN sobre um conjunto de questões relacionadas com a crise,¹ e prossegue com esta reunião, da qual é esperado um contributo importante para o relatório final da Comissão CRIS, que deverá ser aprovado em Julho.

¹ A resposta da AR, preparada em conjunto pela CAE, COF, CAEIE e CTSSAP está disponível, na versão inglesa, em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/cris/dv/netherlands/netherlands_en.pdf, bem como as respostas dos restantes PN.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

2. O valor acrescentado europeu: o investimento de longo-prazo na UE para o crescimento e o emprego

Thomas Mirow, presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, foi o orador convidado para esta sessão, tendo começado por destacar o acordo de cooperação global estabelecido com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e os 9 mil milhões de euros de crédito concedidos em 2010, naquilo que classificou como uma aposta vigorosa da economia real.² Referiu, ainda, que a economia europeia cresceu 2.8 por cento neste período. Porém, acrescentou, a incerteza ainda permanece, em face dos acontecimentos externos, do preço das matérias-primas e, sobretudo, pelo facto de algumas das fraquezas que a crise expôs ainda não terem sido debeladas. Assim sendo, concluiu, os próximos anos serão cruciais para a evolução do modelo de desenvolvimento da União Europeia (UE).

Neste contexto, destacou três aspectos essenciais:

a) fortalecer a economia real: considerou que é tempo de a Europa reviver a sua longa tradição de produção, deixando de depender apenas do sector financeiro. Para tal, são necessárias transformações estruturais, desenvolvendo o mercado interno de modo a explorar as vantagens competitivas dos vários países. Neste contexto, afirmou que existem obstáculos subtis, mas ainda consideráveis, a tal desiderato, concretizando através de três exemplos: a directiva de serviços isenta vários sectores da UE do seu âmbito de aplicação, os quais poderiam beneficiar de um aumento de concorrência; a necessidade de avançar, de forma determinada, para o pleno reconhecimento de qualificações, promovendo a mobilidade. e, por fim, as dificuldades que algumas empresas europeias têm para se adaptar, nos prazos exigidos, a todos os requisitos da legislação europeia, o que pode criar sérios constrangimentos ao futuro da sua actividade;

b) redefinir o sector financeiro: apesar de terem sido introduzidas novas regulamentações para reforçar este sector (e.g. Basileia 3), destacou que é fundamental que se aprenda com as lições, assegurando que o sector financeiro está ao serviço da economia real. Com efeito, o mercado de derivados cresceu de forma indisciplinada e que isso gerou vários desequilíbrios que importa agora solucionar, através da supervisão e regulamentação transfronteiriças.

3. tornar a economia mais "verde", gerando ganhos de eficiência energética, por exemplo.

Por outro lado, referiu que é igualmente importante questionar como será possível financiar todas estas iniciativas. O BERD, assinalou, tem procurado mobilizar o sector privado para vários projectos, com base em critérios de investimento prudentes,

² O discurso integral encontra-se anexo ao presente relatório.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

assumindo riscos responsáveis e um padrão de financiamento mais conservador. Ou seja, projectos ambiciosos, mas com análise de riscos.

Em síntese, a abordagem que o BERD tem seguido visa potenciar o crescimento económico e tem uma importante lição a retirar: recursos públicos escassos podem e devem ser completados por meios privados, orientados por critérios de eficiência, de responsabilidade e sustentabilidade.

Cabe ao sector público, e em particular aos legisladores, criarem um quadro que encoraje esta abordagem, através de uma gestão responsável dos riscos assumidos.

Seguiu-se um período de debate. O Deputado ao PE, Diogo Feio (CDS-PP/PPE), interveio para sublinhar duas ideias:

a) considerou que não é possível combater a crise apenas através de medidas de austeridade, mas que devem também ser debatidas questões como o crescimento, as reformas estruturais em sectores como a justiça, o investimento, o mercado laboral, a tributação, as PME's.

b) é fundamental juntar às medidas adoptadas a nível nacional uma solução europeia abrangente, que integre os instrumentos já existentes (UE2020, supervisão financeira, semestre europeu) e aqueles em preparação, designadamente o pacote de seis propostas legislativas no âmbito da governação económica. Em tudo isto, finalizou, os PN têm um papel essencial a desempenhar.

A Deputada ao PE Elisa Ferreira (PS/S&D) interveio para afirmar que esta crise demonstrou que a UE tem poucos meios para enfrentar problemas desta dimensão, sobretudo em virtude de uma certa falta de visão de médio prazo. Por outro lado, expressou a sua preocupação com a tendência que se verifica actualmente no sentido do reforço do método intergovernamental.

Além disto, considerou que a convergência nominal de curto prazo não pode comprometer a convergência real e, a este respeito, concluiu dizendo que o pacto para o euro não poderá funcionar se a única medida de correcção for o esmagamento dos salários. Cabe, por conseguinte, aos políticos ter a capacidade de pensar mais longe e encontrar as soluções necessárias.

A Deputada à Assembleia da República (AR) Hortense Martins (PS), assinalou que Portugal tem feito grandes investimentos em duas áreas essenciais: inovação e educação, com enfoque no aumento das qualificações profissionais. Neste âmbito, têm sido feitas reformas estruturais importantes, com particular destaque para a da segurança social. Por outro lado, sublinhou as intervenções já feitas sobre a necessidade de colocar a tónica na economia real e sua importância, colocando a banca e o sector financeiro ao seu serviço. Por fim, assinalou que o debate não pode



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

ser centrado apenas nos défices, mas deve também identificar propostas e soluções que promovam o crescimento.

3. Investir na economia da UE, assegurar a obtenção dos objectivos da Estratégia UE2020

Philippe Maystadt, Presidente do Banco Internacional de Investimento, foi o interveniente principal desta sessão, tendo apresentado um conjunto de dados estatísticos sobre o trabalho recente do Banco, que se anexam a este relatório. Na sua alocução, o Presidente do BEI apresentou os instrumentos utilizados nas parcerias de financiamento, designadamente os *project bonds*, conceito através do qual a dívida do emissor é dividida em vários níveis de senioridade, ao invés de fornecer uma garantia directa aos detentores dos títulos de dívida. Esta divisão permite criar diferentes tipos de dívida, cada um com o seu rácio de risco vs. retorno e, naturalmente, dirigido a diferentes tipos de investidores. Em termos mais concretos, a dívida seria dividida em dois níveis:

- a) uma *tranche* sénior, emitida como *project bond* e colocada junto de investidores institucionais (companhias de seguros, fundos de pensões; etc.);
- b) uma *tranche* subordinada (mais reduzida), subscrita pela Comissão Europeia e pelo BEI, através de um empréstimo ou garantia.

Do ponto de vista do BEI, estes instrumentos permitem responder às necessidades do mercado através de estruturas já existentes, de uma forma simples e que assegure o controlo e a responsabilização das partes envolvidas.

No período de debate que se seguiu, a Deputada Hortense Martins (PS) considerou que os investimentos em áreas diferentes devem ser considerados de forma igualmente diferenciada, designadamente os que incidem no domínio da educação, da investigação e da ciência. Neste âmbito, destacou o caso de Portugal e o investimento feito na área das energias renováveis.

4. Jantar-debate com Jacques Delors

No final da reunião, foi organizado um jantar-debate com Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1994 e fundador do *think tank* francês "Notre Europe".

No seu discurso, Delors começou por referir que é fundamental não esquecer as diversidades nacionais, ao nível da indústria, dos modelos sociais, da demografia, e



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

que as soluções encontradas a nível europeu respeitem isto. Em seguida, referiu alguns aspectos que considerou importantes no debate actual a nível europeu:

a) concorrência, afirmando que não há mercado sem regras e a primeira destas é a concorrência. As regras formam a estrutura do mundo financeiro. Ao contrário do que sucedeu na última década, o objectivo não pode ser apenas a criação de capital, pois essa é uma visão de curto prazo, com os resultados que se conhecem;

b) aspectos sociais, identificando duas dimensões essenciais:

i: a recusa do *dumping* social é um elemento do mercado alargado, em conformidade com o respeito pela diversidade dos modelos sociais;

ii: solidariedade, que não pode ser sinónimo de irresponsabilidade, mas sim a prova de que os nossos países são interdependentes. A Europa social significa solidariedade, entendida como coesão económica e social;

c) cooperação, considerando que é o elo que falta na construção europeia, em particular na União Económica e Monetária (UEM). A cooperação implica um estado de espírito e um incentivo financeiro que encoraje os Estados-membros a envolverem-se entre si. Sem cooperação não é possível assegurar o presente e o futuro da UE, como esta crise o tem demonstrado;

d) Orçamento europeu, afirmando que não é preciso um orçamento da UE apenas para compensar a regressão, a recessão ou as políticas de austeridade, mas também para inventar;

e) Eurobonds, tendo Jacques Delors recordado que a sua visão sobre esta matéria não para que estes possam ser utilizados para financiar ou reembolsar as dívidas nacionais, mas sim para financiar despesa futura. Neste domínio, elogiou a abordagem do BEI, pelas provas de capacidade inventiva na "engenharia financeira", concordando que é possível encontrar soluções que combinem um certo nível de compromisso orçamental europeu, um compromisso de financiamento e uma responsabilização do sector privado.

Finalizou a sua intervenção, afirmando que *"se o Euro falhar, os sonhos de Europa serão destruídos. É no mundo actual, em mutação tecnológica, que a Europa tem de escolher entre duas soluções - sobrevivência ou declínio"*.

Hortense Martins

Os Deputados,

Pedro Duarte



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

DESLOCAÇÃO

Reunião Inter-Parlamentar

*O semestre europeu para a coordenação
económica*

Parlamento Europeu

Bruxelas, 15 de Março de 2011

RELATÓRIO

Deputada Hortense Martins (GP PS)

Deputado Pedro Duarte (GP PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Enquadramento

A Comissão para os Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu (PE) organizou uma reunião interparlamentar conjunta com os Parlamentos nacionais (PN), sobre "*O semestre europeu para a coordenação económica*". Esta foi a primeira reunião desta natureza sobre o tema, e o seu objectivo era debater as principais prioridades do semestre europeu e o papel dos PN e do PE neste exercício.

O programa da reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontram-se nos seguintes sítios internet:

http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/organes/econ/econ_20110315_0900_parl%20nat.htm

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1554>

O Dr. Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da Assembleia da República em Bruxelas, prestou o apoio técnico durante a reunião.

Programa

1. Sessão de Abertura

Na sessão de abertura, a Presidente da Comissão ECON, Sharon Bowles, e o Deputado à Assembleia Nacional Húngara László Koszorus, deram as boas-vindas aos participantes e sublinharam a importância desta primeira reunião interparlamentar conjunta sobre a temática do semestre europeu.

2. Intervenção de Herman van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu

O primeiro orador desta reunião foi o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, cujo discurso se encontra em anexo a este relatório.

Começou por lembrar que a UE está a sair da crise e que os elementos fundamentais da zona euro, no seu todo, permanecem sólidos: baixa inflação, balança de pagamentos equilibrada, níveis de défice público abaixo dos outros países industrializados e a retoma do crescimento económico.

Porém, a crise da dívida soberana demonstrou como um problema pode alastrar de um país para os restantes, a um ritmo e com uma magnitude surpreendentes. Neste contexto, a UE tem vindo a desenvolver um intenso trabalho, que se iniciou com o relatório do grupo de missão sobre a governação económica e deverá culminar com a



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

aprovação do pacote de seis propostas legislativas actualmente em processo de decisão. Estas reformas incluem diversos elementos, cada um com a sua importância, mas que, no seu conjunto, significarão uma transformação substancial no modo como a UE irá gerir a sua política económica, em particular na zona euro.

Ou seja, acrescentou, todas as decisões que estão a ser tomadas visam encontrar um novo equilíbrio entre a responsabilidade comum (ou solidariedade) da UE e a responsabilidade individual de cada Estado-membro. Concluiu, afirmando que o semestre europeu é uma parte importante deste exercício.

Em seguida, o Presidente do Conselho identificou três passos para minimizar o risco de que estes problemas possam ocorrer de novo:

a) considerou que o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), no seu formato original, não era suficiente, e perdeu grande parte da sua efectividade quando dois dos maiores países violaram as suas regras em 2003. Quando a Grécia admitiu, em 2009, ter um défice de 15 por cento, tudo se tornou pior. O grupo de missão ("*task force*") propôs o fortalecimento do PEC através de sanções mais precoces, mais incisivas e mais focadas na dívida pública. Os Estados-membros deverão chegar a acordo sobre isto em Março e o PE deverá adoptar a legislação em Junho;

b) afirmou que é importante melhorar o sentido de responsabilidade individual, pois ficou demonstrado que orçamentos sólidos não são suficientes para garantir um crescimento económico sustentável. Na primeira década do euro, as baixas taxas de juro e a estabilidade monetária tornaram as perdas de competitividade invisíveis. Além disso, os riscos e desequilíbrios macroeconómicos, como a bolha no imobiliário ou os balanços sobredimensionados dos bancos, foram também negligenciados. Concluiu, reconhecendo que se estes instrumentos que agora estão a ser elaborados existissem na altura que o euro surgiu, provavelmente teriam sido evitados vários problemas;

c) por fim, alertou que é chegado o momento de os Estados-membros da zona euro tirarem as devidas conclusões do que significa partilhar uma moeda. Com efeito, existe uma tensão no sistema: trata-se de união monetária sem a suficiente unidade económica. Deste modo, Van Rompuy considerou que há uma ilação que os Governos retiraram: há que lidar com a situação, em conjunto, para bem de todos.

No entanto, referiu que não haverá uma passagem para um Estado de natureza semi-federal na UE, com impostos europeus ou *eurobonds*. Poderá haver quem o lamente, mas está politicamente excluído na maioria dos Estados-membros, pois o sistemas fiscal e de segurança social, bem como o mercado de trabalho, permanecem responsabilidades das democracias nacionais.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Ou seja, do que se trata agora é de uma acção concertada e de coordenação das políticas nacionais, ou seja, os Estados-membros deverão assumir as suas responsabilidades individuais em prol do todo.

Referindo-se ao Pacto para o Euro, cujas linhas gerais foram acordadas no Conselho Europeu da zona euro de 11 de Março, elencou os três objectivos essenciais:

- competitividade (em particular, a nível dos salários);
- emprego;
- finanças públicas e sistemas de pensões sustentáveis.

A lógica é a seguinte: com base numa série de indicadores, são colectivamente identificados os países que necessitam de tomar medidas. A Comissão Europeia monitoriza o processo e avalia a implementação das medidas. Ou seja, além da pressão dos mercados, passará a existir também uma pressão dos pares mais intensa. Deste modo, concluiu, a determinação política deve ser inflexível.

No período de debate que se seguiu, o Deputado Pedro Duarte (PSD) colocou duas questões:

a) relativamente à crise da dívida, e em função do agravamento das medidas contraccionistas e do nível insustentável das taxas de juro, será que o mecanismo europeu de estabilidade (MEE) será suficiente?

b) no que concerne ao Pacto para o Euro, e sendo que o objectivo é dar força à moeda única, é importante assegurar que o Pacto respeite a especificidade de cada Estado-membro e que a coordenação das políticas económicas seja devidamente explicada às populações.

O Deputado ao PE, Miguel Portas (BE/GUE), referiu que o Governo português havia apresentado o seu programa de estabilidade e convergência no Conselho Europeu da zona euro de dia 11 de Março, sem ter dado conhecimento prévio ao Parlamento nacional. Deste modo, questionou o Presidente do Conselho relativamente à afirmação que fez na qual enalteceu o papel fundamental dos PN. Por outro lado, sugeriu que o Conselho pudesse analisar a ideia de que, no cálculo do défice, o investimento seja considerado como saldo primário e não como défice propriamente dito. Por fim, perguntou como será possível convencer os Estados-membros que necessitem de recorrer ao fundo, se os juros praticados são na ordem dos 6 por cento, e se os programas de condicionalidade cortam salários, mas não alteram nada em matéria da tributação das empresas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Na resposta, Herman van Rompuy referiu que quem critica a lentidão da UE em reagir, deverá lembrar-se que, quando o Tratado de Lisboa entrou em vigor, não existia qualquer instrumento para lidar com estes problemas, além do PEC. As medidas que estão a ser tomadas (MEE, Pacto para o Euro) são estruturais, mas a sua efectividade dependerá da responsabilidade que cada Estado-membro assumir. Caberá à Comissão Europeia verificar se as metas são atingidas.

3. Diálogo entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu sobre o semestre europeu

Seguiu-se um período de intervenções de Deputados dos Parlamentos nacionais. Kazimierz Kleina, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas do Senado Polaco, referiu-se ao frágil crescimento que a UE tem registado, expressando algumas dúvidas sobre as medidas a adoptar, designadamente no que diz respeito ao impacto que podem ter na competitividade das empresas.

Frank Vandenbroucke, Presidente da Comissão de Finanças e Assuntos Económicos do Senado Belga, referiu o consenso alargado que existe na Bélgica sobre estas matérias considerou que, nas medidas que dizem respeito à banca, é importante diferenciar entre os bancos comerciais e os bancos mais vocacionados para o aforro.

Gunter Stummvoll, Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento austríaco, referiu que é fundamental estimular a poupança através de medidas ofensivas. Além disso, é mais importante que nunca gerar ganhos de produtividade.

Pelo PE, intervieram os relatores das seis propostas legislativas que compõem o chamado pacote da governação económica.

O Deputado Diogo Feio (CDS-PP/PPE), relator para a proposta de *Alteração do Regulamento (CE) n.º 1467/97 do Conselho relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos*¹, recordou a sua experiência como Deputado nacional, sublinhando a profunda alteração no modo como os PN tratam hoje as questões europeias e a assumir a importância que estas têm. Sobre o pacote legislativo relativo à governação económica, referiu que é importante que os novos procedimentos sobre os desequilíbrios macroeconómicos e orçamentais possam contemplar um sistema de incentivos que acompanhe as sanções. Concluiu, realçando o papel decisivo que o PE tem assumido neste processo, afirmando a sua palavra e posição de forma consolidada.

¹ O dossier sobre o procedimento legislativo pode ser consultado em <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=CNS/2010/0276>



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

A Deputada Elisa Ferreira (PS/S&D), relatora para a proposta relativa à *Prevenção e correcção dos desequilíbrios macroeconómicos*, referiu que o semestre europeu é um instrumento muito importante para coordenar os planos dos diferentes países, e também para que, dentro de cada país, haja coerência. Acrescentou que as seis propostas legislativas sobre a governação económica são uma oportunidade histórica para introduzir mais racionalidade e eficácia no PEC, e que o PE tem desenvolvido um trabalho de grande qualidade para melhorar as propostas iniciais.

Os restantes relatores do PE presentes detalharam o ponto de situação sobre os respectivos trabalhos, designadamente:

- Corien Wortmann-Kook, sobre a *Alteração do Regulamento (CE) n.º 1466/97 relativo ao reforço da supervisão das situações orçamentais e à supervisão e coordenação das políticas económicas*²;
- Sylvie Goulard, sobre a proposta relativa à *Aplicação eficaz da supervisão orçamental na Zona Euro*³;
- Vicky Ford, sobre a proposta relativa às *Exigências aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros*⁴.
- Carl Haglund, relator para a proposta de Regulamento relativa à *Medidas de execução tendo em vista a correcção de desequilíbrios macroeconómicos excessivos na Zona Euro*⁵, não esteve presente.

É de realçar que, das seis propostas legislativas que darão origem aos instrumentos legislativos da governação económica europeia, duas têm como relatores Deputados portugueses ao PE (Elisa Ferreira e Diogo Feio). No âmbito do trabalho de acompanhamento destas matérias que a AR tem feito, seria eventualmente de considerar a organização de uma audição conjunta com os dois Relatores do PE, de modo a promover uma troca de informações mais aprofundada.

Ainda no período de debate, a Deputada Hortense Martins (PS) interveio para assinalar que é importante a coordenação das políticas económicas, mas que é igualmente essencial que a UE reforce a sua competitividade face aos BRIC e aos EUA. Deste modo, afirmou que os Estados-membros necessitam de tempo para fazer os seus ajustamentos, conciliando a austeridade em vigor com medidas que estimulem o crescimento. Por outro lado, a necessidade de uma resposta coordenada justifica-se

² Dossier interinstitucional disponível em

<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0280>

³ Idem, <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0278>

⁴ Ibidem, <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=NLE/2010/0277>

⁵ Informação disponível em

<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2010/0279>



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

com o facto de que os Estados-membros não podem ser deixados sozinhos perante os ataques especulativos dos mercados. No caso concreto de Portugal, finalizou, o trabalho está a ser feito, referindo o crescimento tem sido apoiado na inovação e educação, mas é fundamental cooperar e encontrar soluções coordenadas entre os Estados-membros que possam dar sustentabilidade a esse investimento.

4. Diálogo com outras Instituições no âmbito do semestre europeu

A última parte do programa desta reunião interparlamentar foi dedicada ao diálogo com outras instituições, tendo sido convidados a Presidência húngara do Conselho ECOFIN, o Presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, e o Comissário europeu para os Assuntos Económicos e Monetários, Ohli Rehn.

György Matolcsy, Presidente do Conselho ECOFIN, começou por se referir às dificuldades do contexto actual, designadamente o elevado preço do petróleo e as suas consequências no crescimento económico. No que diz respeito à dívida, considerou que os mercados continuam a evidenciar bastante nervosismo e que o semestre europeu deve servir precisamente para dar uma dimensão *ex-ante* à coordenação económica europeia. Terminou, dizendo que o sucesso do semestre europeu será decisivo para restabelecer a confiança dos mercados e criar a estabilidade necessária para promover o crescimento.

Jean-Claude Juncker, Presidente do Eurogrupo, reforçou a ideia de que o semestre europeu visa realizar um debate *ex-ante* das grandes opções orçamentais e de política económica a serem tomadas pelos Estados-membros. Referindo-se ao Pacto para o Euro, considerou que fornece todos os instrumentos necessários nesta fase para reforçar efectivamente a coordenação das políticas económicas. O PE tem revelado, acrescentou, uma ambição considerável neste processo e os Governos compreenderam, finalmente, que não é suficiente fazer a listagem dos problemas e emitir declarações virtuosas, mas agir de forma concertada e concreta. Porém, o Pacto só será efectivo se a Comissão, o PE e os PN também desempenharem os respectivos papéis, destacando, neste caso, a sua presença, enquanto Primeiro-Ministro, no Parlamento luxemburguês antes dos Conselhos Europeus. Ou seja, concluiu, o Conselho não poderá desempenhar o seu papel sozinho.

O Comissário Ohli Rehn começou por afirmar que os desenvolvimentos recentes mostraram que é altura de reforçar o euro, ainda que tenha lembrado que a moeda única é uma história de sucesso, que não pode ser ignorada. Sobre o processo legislativo em curso, Rehn manifestou a sua convicção de que será possível chegar a acordo no Conselho em Junho. Relativamente ao semestre europeu, referiu que esta é uma ideia que Jean-Claude Juncker já havia sugerido há vários anos mas que, por força das circunstâncias, apenas agora se conjugaram os factores necessários para que



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

a vontade política de o implementar surgisse. A Comissão Europeia, finalizou, sempre referiu o papel dos PN na supervisão orçamental preventiva.

Após um período de debate, a Presidente da Comissão ECON, Sharon Bowles, e o Deputado à Assembleia Nacional Húngara László Koszorús, deram por encerrados os trabalhos.

Os Deputados,

Hortense Martins

Pedro Duarte